



O lado sombrio do Antropoceno: colonialismo, hubris e as contradições da política climática

Trissia Maria Fortunato Paes de Barros¹

Resenha do livro:

CARVALHO, António. *Antropoceno(s). Crise climática, ontologia e o social*. Coordenação editorial de Maria João Padez. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2024. (Coleção CES/4)

O livro *Antropoceno(s): Crise climática, ontologia e o social* de António Carvalho, publicado em setembro de 2024, é uma obra singular que desafia as abordagens convencionais que mobilizam conhecimentos científicos e técnicos sobre o Antropoceno para explorar as dimensões políticas, sociais e éticas desta nova era marcada pela influência humana sem precedentes sobre os processos planetários. Assim, através de uma abordagem ontológica² e uma análise crítica, o autor desvenda as camadas mais profundas do Antropoceno expondo continuidades históricas como o colonialismo, o racismo ambiental, a *hubris*³ humana no controle da natureza e as contradições presentes nas políticas

1 Universidade Federal de São Carlos – São Carlos – SP – Brasil – e-mail: trissia.barros@estudante.ufscar.br – ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9521-6960>.

2 Abordagem ontológica, como explicado pelo autor, analisa o(s) Antropoceno(s) a partir de diferentes respostas à crise climática e ambiental, incluindo o ativismo, políticas hegemônicas para a transição energética, a extração de lítio, tecnologias de manipulação climática ou até reconfigurações subjetivas e metodológicas para gerar articulações mais robustas entre agência humana e mais-do-que-humana.

3 *Hubris* é um termo de origem grega que se refere a uma atitude de arrogância extrema, orgulho desmedido ou presunção, especialmente em relação as forças superiores ou aos limites naturais. Na tragédia grega, *hubris* era frequentemente associada a personagens que ao desafiar os deuses ou ultrapassar limites impostos pela ordem natural acabavam provocando sua própria ruína. É uma manifestação de excesso e desequilíbrio, que invariavelmente leva a consequências desastrosas.

climáticas globais. O livro é fruto do projeto TROPO – Ontologias do Antropoceno em Portugal: Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Tecnologias Emergentes, coordenado pelo autor entre 2018 e 2022 no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. A questão central: o que significa habitar em um planeta em plena em crise climática e ambiental?

Para responder a essa pergunta no contexto do debate global sobre mudanças climáticas, Carvalho coloca em evidência os impactos desiguais dessas transformações e a forma como elas se conectam às questões históricas, como por exemplo o colonialismo e o racismo ambiental. Para o autor, a crise climática não é apenas um fenômeno natural, mas uma expressão das desigualdades históricas que perpetuam injustiças sociais profundas e exclusão de grande parte da humanidade. No entanto, mais do que uma narrativa de crise e desigualdades, o livro apresenta o Antropoceno como uma oportunidade para repensar a relação da humanidade com o mundo natural, questionando as bases de nossas práticas sociais e propondo caminhos alternativos para uma convivência mais justa e sustentável com o planeta. Assim sendo, a obra não apenas descreve a era em que vivemos, mas convida o leitor a refletir e agir sobre ela.

Organizado em seis capítulos, o livro explora desde a origem do conceito Antropoceno a suas críticas contemporâneas, podendo ser dividido em três eixos principais. No primeiro eixo, origens e significados do Antropoceno, o autor examina a construção do conceito que inicialmente surge como uma descrição geológica para marcar a influência humana em escala planetária, mas que se expande para uma análise social e filosófica mais profunda. Nessa seção, Carvalho revisita eventos históricos marcantes como a Revolução Industrial e a “Grande Aceleração” do século XX, períodos que evidenciam mudanças radicais na forma como a humanidade altera os processos naturais, influenciando e modificando os ecossistemas do planeta. Essas transformações incluem fenômenos como o aquecimento global, as alterações climáticas, a desflorestação, o degelo das calotas polares e até eventos meteorológicos extremos, apontados pelo autor como ilustrações do complexo impacto dos processos de modernização capitalista na terra, bem como do *Zeitgeist*⁴ planetário emergente (Carvalho, 2024: 15).

⁴ *Zeitgeist* é um termo alemão que significa “espírito do tempo” ou “espírito da época”. Refere-se às ideias, valores, crenças, tendências culturais e características intelectuais que definem e influenciam um período específico da história. O termo é composto por duas palavras alemãs: *Zeit* (tempo, época) e *Geist* (espírito) e foi popularizado no pensamento filosófico por autores como Georg Wilhelm e Friedrich Hegel, que acreditavam que o *Zeitgeist* era uma força que moldava o curso da história, influenciando a cultura, a política e as ideias de cada época.

Em seguida, a análise avança para refletir como esses períodos históricos configuraram uma nova era de interdependência forçada entre sociedade e natureza, desafiando a visão tradicional de separação entre o humano e a natureza. Como aponta o autor: “De facto, o Antropoceno remete-nos para os limites das categorias modernas – e binárias – para fazer sentido das múltiplas crises climáticas e ambientais que atravessamos” (Carvalho, 2024: 16).

Na segunda parte, *Alterações climáticas e os movimentos sociais*, o autor aborda as desigualdades sociais e históricas, questionando a ideia de uma responsabilidade universal e homogênea pelas mudanças climáticas. Ele utiliza a noção de colonialismo ambiental para examinar como a exploração de recursos naturais iniciada com a colonização europeia estabeleceu um modelo de degradação que persiste até os dias atuais, afetando desproporcionalmente os países do Sul Global. Para tanto, Carvalho aponta as práticas extrativistas e agrícolas estabelecidas durante o período colonial que continuam a moldar as economias e ecossistemas globais nos dias atuais. Por exemplo, a extração intensiva de minerais na África, uma prática iniciada e estruturada para beneficiar as metrópoles coloniais com a atuação de grandes corporações internacionais na contemporaneidade. Essa extração inclui minérios preciosos como ouro e diamantes, bem como minerais essenciais para a tecnologia moderna, como o cobalto e o lítio, frequentemente resultando em degradação ambiental, desmatamento e esgotamento de recursos hídricos, além de perpetuar a exploração das populações locais, que recebem pouco ou nenhum benefício econômico direto.

Carvalho também aborda o impacto das monoculturas na América Latina, como o cultivo intensivo e extensivo de soja e cana-de-açúcar, que foi incentivado desde o período colonial e continua sendo uma força devastadora para os ecossistemas locais. Com efeito, a expansão dessas monoculturas contemporaneamente impulsionadas pelo mercado financeiro internacional e por interesses econômicos do Norte Global, resulta em desmatamento, perda de biodiversidade e uso intensivo de pesticidas que contaminam o solo e as águas, afetando sobretudo comunidades indígenas e rurais da região. Esses exemplos ilustram como o legado colonial continua a ampliar as desigualdades socioambientais do Antropoceno, revelando que as estruturas de exploração e dependência estabelecidas séculos atrás ainda estão presentes e operantes nas dinâmicas econômicas globais.

No terceiro eixo, para além do Antropoceno, o autor discute alternativas ao conceito, transcendendo a visão geológica e se voltando para questões éticas, sociais e culturais. Nesse sentido, Carvalho apresenta propostas que desafiam a ideia do Antropoceno como uma era marcada unicamente pelo impacto destrutivo da

humanidade e sugere que este é um momento para reavaliar e transformar nossa relação com a Terra e seus ecossistemas. Entre as alternativas discutidas, Carvalho destaca o conceito de justiça climática, propondo que as políticas e as práticas de mitigação e adaptação ao clima reconheçam e protejam os direitos de comunidades vulneráveis e historicamente exploradas, especialmente as comunidades indígenas e locais. O autor destaca que essas comunidades não são responsáveis pelas emissões de carbono em larga escala, desmatamento e poluição, contudo, são as que mais sofrem as consequências severas da crise climática.

Colonialismo, hubris e as contradições da política climática.

As práticas coloniais foram responsáveis por explorar recursos naturais e subjugar povos indígenas e africanos para atender interesses econômicos das metrópoles. No contexto do Antropoceno, essas práticas de exploração e desvalorização dos territórios e dos saberes persistem em novas formas. As nações industrializadas, que são as principais responsáveis pela degradação ambiental global, continuam a beneficiar-se economicamente enquanto comunidades do Sul Global enfrentam os piores impactos da crise climática — como a perda de biodiversidade, a insegurança alimentar e o deslocamento forçado das populações.

Por sua vez, a *hubris* humana se manifesta na crença de que as soluções tecnológicas como a geoengenharia mitigará os efeitos da mudança climática. Embora essas tecnologias ofereçam respostas aparentemente rápidas para a crise climática, elas ignoram as complexas interdependências dos ecossistemas e desconsideram os riscos e as incertezas de intervenções em larga escala. Assim, o conceito de *hubris instrumental* na obra descreve a confiança excessiva da humanidade em sua capacidade de controlar e moldar a natureza por meio da tecnologia. Nas palavras do autor (Carvalho, 2024: 78):

A visão hegemónica do Antropoceno assenta no reducionismo carbónico, na tecnologia e na tecnocracia, transformando a crise climática num dispositivo de controle totalitário que fomente a expansão do lado sombrio da modernidade. Este processo prende-se com a aceleração dos mecanismos de instrumentalização do planeta, de desigualdades Norte/Sul, de assimetrias económicas, de acumulação de capital e da destruição de modos de vida e epistemologias não alinhadas com o dogmatismo tecnocientífico dominante, gerando uma série de perversões.

No que diz respeito às contradições das políticas climáticas globais, Carvalho destaca as cúpulas internacionais e os acordos climáticos, como o Acordo

de Paris. Segundo o autor, essas negociações, com muita frequência, revelam-se mais performáticas do que práticas, priorizando compromissos voluntários e metas pouco ambiciosas em vez de ações robustas e vinculantes. Essa superficialidade nas políticas climáticas globais é para Carvalho uma contradição do Antropoceno. Isto porque, enquanto a urgência da crise climática demanda mudanças profundas e estruturais, as respostas políticas tendem a ser lentas e insuficientes, evitando-se confrontar os interesses econômicos dominantes que perenizam a degradação e exaustão ambiental. A essa performance política, Carvalho denomina “teatro das negociações”, ilustrando como as respostas globais à crise climática muitas vezes servem mais para sustentar as aparências do que para promover mudanças reais. Isto é, compromissos simbólicos em detrimento de mudanças estruturais necessárias para enfrentar a crise climática.

Assim, sobre essa perspectiva, o colonialismo ambiental, a *hubris* e as contradições da política climática são para Antônio Carvalho características centrais do “lado sombrio” do Antropoceno. Reconhecê-los é essencial para ir além das abordagens simplistas e enfrentar os desafios da crise climática de maneira justa e sustentável. Isso implica a necessidade de uma transformação radical na forma como a sociedade humana vê e interage com o planeta. Em vez de continuar a insistir em modelos de desenvolvimento que privilegiam o crescimento econômico e o controle tecnológico.

Reflexões centrais e argumentos do autor

Uma das principais reflexões do autor é a crítica ao caráter generalista do termo Antropoceno. Ele argumenta que a ideia de uma responsabilidade compartilhada pelas mudanças climáticas desconsidera as desigualdades estruturais entre diferentes regiões e grupos sociais. Nesse sentido, o autor defende que o Antropoceno é marcado pelo racismo ambiental, no qual as consequências da crise ecológica são desproporcionalmente sentidas por populações historicamente marginalizadas, como comunidades indígenas e afrodescendentes. O autor também exemplifica o racismo ambiental ao discutir a distribuição desigual dos efeitos das mudanças climáticas. Cita como as enchentes, secas e outros eventos extremos têm afetado com mais intensidade populações pobres em áreas urbanas e rurais, enquanto grupos econômicos mais poderosos conseguem se proteger dos impactos, seja por meio de melhor infraestrutura ou por mudanças de localidade. Esse processo é visto como uma extensão das desigualdades raciais e econômicas, reforçando a marginalização de populações vulneráveis.

Diálogos teóricos

A obra dialoga com o sociólogo Bruno Latour, que questiona as distinções entre natureza e sociedade, propondo que a crise ambiental exige uma nova forma de pensar essa relação. Além disso, o autor utiliza a perspectiva de Donna Haraway para questionar narrativas dominantes sobre o Antropoceno e explorar alternativas que valorizem o cuidado e a coexistência entre o humano e o não humano. O conceito de Capitaloceno de Jason W. Moore também é central, pois ele argumenta que as crises ambientais não podem ser dissociadas do modo de produção capitalista que intensifica a exploração dos recursos naturais.

Essas referências são mobilizadas para sustentar a crítica ao Antropoceno como uma narrativa que tende a homogeneizar a responsabilidade pelos impactos ambientais. Em vez disso, o autor defende a necessidade de uma leitura mais complexa que inclua a dimensão colonial da exploração ambiental e as diferenças estruturais de poder.

Contribuições e limitações

Ao longo do livro, António Carvalho deixa propositadamente páginas em branco como uma escolha estética ou conceitual para destacar determinadas pausas na leitura ou para marcar a transição entre temas e seções importantes. Desse modo, cria uma experiência de leitura mais reflexiva ao incentivar o leitor a pensar sobre o conteúdo anterior antes de avançar para um novo tópico. Além disso, páginas em branco podem servir para enfatizar o silêncio ou a ausência, sugerindo uma lacuna de entendimento ou uma reflexão sobre o que não é dito.

A obra oferece uma contribuição valiosa ao destacar que a era do Antropoceno não pode ser compreendida sem levar em conta os processos históricos de colonização, racismo e as desigualdades que ainda hoje definem as relações globais, sobretudo entre o Norte e o Sul Global. A reflexão provocada por Carvalho desafia o leitor a reconhecer que a crise ecológica atual é também uma crise de justiça social, para a qual a luta pela preservação ambiental está intrinsecamente ligada à luta pelos direitos da população mais pobre, dos povos tradicionais e pela redistribuição equitativa dos recursos naturais. Contudo, a complexidade das discussões teóricas pode dificultar o acesso do leitor não especializado. Por exemplo, a análise aprofundada de conceitos como *Capitaloceno* e *Plantacionoceno* demanda um conhecimento prévio, o que pode tornar a leitura desafiadora.

No livro, o autor desenvolve uma crítica ao *neoliberalismo ambiental* como um fenômeno em que as políticas ambientais e de conservação são moldadas por princípios neoliberais, priorizando a lógica de mercado e a eficiência

econômica sobre questões de justiça social e sustentabilidade ecológica. Cita como exemplos do neoliberalismo ambiental os mercados de carbono, a privatização de áreas protegidas e os pagamentos por serviços ambientais que acabam por reproduzir as mesmas desigualdades que historicamente marcaram a exploração da natureza. Nesse sentido, ele argumenta que o neoliberalismo ambiental trata o meio ambiente como uma extensão do mercado e transforma a natureza em um capital a ser valorizado e comercializado. Essa lógica é vista como problemática, pois desconsidera as dinâmicas complexas da natureza e a interdependência entre os ecossistemas e as comunidades humanas. O autor destaca que, sob o neoliberalismo ambiental, as políticas ambientais ignoram as causas estruturais da degradação ambiental, como a desigualdade social e os padrões de consumo insustentáveis. Além disso, o autor aponta que essas práticas de mercado podem criar uma falsa sensação de que os problemas ambientais estão sendo resolvidos, quando, na verdade, os mecanismos financeiros muitas vezes apenas deslocam o problema para outras regiões ou populações mais vulneráveis.

Conclusão

Antropoceno(s): Crise climática, ontologia e o social de António Carvalho é uma obra contundente para compreender as transformações globais e as desigualdades. Ao abordar o Antropoceno por meio de uma perspectiva crítica e multidisciplinar, o autor nos convida a repensar a forma como enxergamos o impacto humano no planeta, reconhecer as injustiças históricas que persistem e adotar práticas que promovam uma convivência mais justa e sustentável. O livro é uma leitura indispensável para acadêmicos, ativistas e todos aqueles que buscam entender a complexa trama de forças que molda o presente e o futuro do nosso planeta.

Data de recebimento: 07/01/2025

Data de aceite: 02/06/2025

Como citar esta resenha:

BARROS, Trissia Maria Fortunato Paes de. O lado sombrio do Antropoceno: colonialismo, *hubris* e as contradições da política climática. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v.15, p. 1-07, e151403, 2025, Doi: <https://doi.org/10.14244/contemp.v15.1403>